



Debate centrado na execução dos fundos e índices económicos e sociais. FOTO ALRAM

ESTRADAS AGRÍCOLAS

■ A sessão plenária de hoje tem, como primeiro ponto da ordem de trabalhos, um diploma, do grupo parlamentar do PSD, que altera o regime jurídico das vias públicas na Região. Na prática, são criadas mais duas designações de vias terrestres. O PSD propõe a criação das ‘estradas regionais agrícolas’ e as ‘estradas municipais florestais’. As primeiras de gestão do Governo Regional e as segundas de gestão municipal.

A alteração é justificada pela necessidade de “corrigir e assegurar a possibilidade de criação de estradas agrícolas e florestais, permitindo uma maior especificidade da rede regional e da rede municipal, assente no interesse público regional e no interesse público municipal”.

■ Num segundo ponto, o PS apresenta um projecto de resolução que recomenda a ‘Reactivação do Conselho Desportivo da Região Autónoma da Madeira’. A Assembleia tem plenários agendados para hoje e amanhã.

Formalidade europeia

JORGE FREITAS SOUSA
jfsousa@dnoticias.pt

O decreto legislativo regional 23/96 determina, no seu artigo 3.º, que a Assembleia Legislativa promova um debate sobre a participação da Região na construção europeia, “com a presença do Governo Regional no decurso de cada presidência do Conselho Europeu”. Antes (artigo anterior) o governo envia um relatório ao parlamento. Foi isso que aconteceu ontem, com o secretário regional das Finanças, Rogério Gouveia, a participar num debate que terminou pouco depois das 11h30 e em que até sobrou tempo.

Estes debates tornaram-se, quase, uma formalidade, uma vez que a questão principal, a execução dos fundos europeus, é um assunto recorrente em todas as discussões das propostas de Orçamento Regional.

Níveis de execução dos fundos, indicadores económicos e sociais e questões específicas, como a ampliação do Porto do Funchal, foram os temas principais da sessão.

Rogério Gouveia fez um balanço do que foi feito, ao longo de 2021, ao nível das negociações com Bruxelas e da execução dos fundos que, na Madeira, atingiu valores superiores aos da média nacional.

“A Madeira é um bom exemplo do impacto notável que a integração na Comunidade Europeia representou no combate às assimetrias internas e

para o processo de desenvolvimento alcançado nos últimos 40 anos, muito dele concretizado com a decisiva mobilização de recursos de fundos estruturais”, afirmou. Apoios europeus que, sublinha, “tantas vezes, têm superado as próprias ajudas que vêm do Estado Português”.

A principal conclusão, em relação a 2021, é que “a participação da Madeira na União Europeia é francamente positiva”. “O Programa Operacional Regional para 2021-2027, no valor estimado de 760 milhões de euros, será superior ao do período 2014-2020, que foi de 694 milhões de euros”, lembra.

O Governo Regional participou em várias reuniões bilaterais com a Comissão, tendo apresentado, em todos estes momentos, as principais reivindicações da Madeira, com destaque para a aplicação dos regulamentos relativos à utilização de combustíveis renováveis e de baixo carbono no transporte marítimo.

“As nossas populações já são penalizadas pelos sobrecustos resultantes do seu grande afastamento, não poderão assim suportar um novo imposto europeu sobre as emissões de carbono”, afirmou.

O líder parlamentar do PS fez a primeira pergunta ao secretário regional e lembrou os “muitos milhões” que a Madeira recebeu da União Europeia mas, “como mostram os números”, continua “sem atingir os níveis de convergência

ROGÉRIO GOUVEIA DESTACOU O BOM DESEMPENHO NA EXECUÇÃO DOS FUNDOS DA UE

com o resto do país”. O dinheiro da União Europeia, diz, “chegou a alguns, mas não chegou a todos”.

Posição partilhada por Sérgio Gonçalves que interpelou o secretário regional sobre as afirmações de que a Madeira teria os melhores indicadores entre as RUP. O líder do PS diz que “de melhores do Mundo, já estamos a jogar na III Divisão e é preciso “comparar com as RUP”. Também contestou a intenção de ampliar o Porto do Funchal, defendendo outras prioridades.

“Esperávamos compromissos com a boa gestão dos fundos comunitários”, começou por referir Rafael Nunes. O deputado do JPP diz que a política regional continua a ser “alcatrão e dívida que alguém há de pagar”.

A habitação foi o tema destacado pelo PCP que considera urgente uma política de investimentos e recorda que, em 2020, eram mais de 4.000 as famílias madeirenses que solicitavam apoio para a habitação e, dessas, mais de 3.000 tinham rendimentos abaixo do salário mínimo. “A situação piorou, de 2020 para cá”, garante Ricardo Lume.

O deputado lembra que o Governo Regional anunciou a intenção de construir 1.221 fogos habitacionais, até 2026, com a aposta na construção a custos controlados que “de controlados têm pouco”, porque o custo médio de habitação é de cerca 190 mil euros.